

# Obama, ano 1: educação de um presidente

**A** esperança morreu? Não: o 44.º presidente dos EUA, o presidente das mil mudanças urgentes, percebeu que precisa de muito mais tempo para as levar a cabo, e confirmou que é bem mais

difícil governar do que ganhar eleições.

Na noite da vitória, em Novembro de 2008, Barack Obama alertou, na euforia do Grant Park de Chicago, para que “o caminho agora aberto será longo, a subida será dura e poderemos não alcançar o seu termo num ano ou sequer num mandato”. Mas, neste primeiro ano, ele pôde adiar boa parte das transformações das promessas de campanha em políticas, mantendo-as como “reformas em curso” – e, de facto, ninguém dirá que ele não abriu, e logo nos seus primeiros cem dias como presidente, uma multidão de frentes de combate, muitas delas difíceis de levar a bom termo.

É possível que “obamistas” incapazes de entender que a fasquia foi colocada alta de mais tenham começado a perguntar-se “um ano depois, onde estamos exactamente?”

E tornou-se óbvio que alguns grandes desígnios da nova Administração foram, pelo menos, adiados, se não abandonados:

Primeiro objectivo abandonado: o de gerar um mandato mobilizado por entendimentos bipartidários, que evocasse os de Lincoln e Roosevelt, em nome da dimensão da crise e das emergências nacionais. É verdade que conselheiros como Rahm Emmanuel e John Podesta nunca acreditaram que os republicanos aderissem ao programa de despesas públicas do novo presidente democrata. Segundo objectivo abandonado: o de conseguir, antes do fim de 2009, nova legislação aprovada sobre o combate às alterações climáticas, a reforma do sistema de saúde, a reorganização do sistema financeiro e a reorientação energética da indústria.

Mas, apesar destas morosidades, continua a ser adequado definir Barack Obama como um activista da transformação social e política, um “transformacionista” que evita clarificar excessivamente as suas ideias estruturantes, talvez por saber que o seu lado radical tem de ser travado pelo realismo pragmático. Essa dicotomia idiossincrática já tinha marcado o candidato presidencial,

que arrebatava multidões mas não gostava de definir com clareza a sua identidade política. Como presidente, Obama terá aprendido depressa que a contagiosa retórica da sua campanha não comove Moscovo, nem Teerão, nem Telavive, nem Cabul, nem Islamabad, nem mesmo o Congresso de Washington.

A euforia do Grant Park deu lugar, como foi abundantemente sublinhado pelos *media*, às difíceis reuniões matinais, aos pesados livros de “briefings” nocturnos, aos grandes desafios ao Congresso e aos mil e um compromissos maiores e menores do dia-a-dia da governação – a escola que forma e formata governantes. Segundo um aforismo que volta a estar em voga na capital americana, “ninguém está preparado para ser presidente dos EUA antes de ser efectivamente presidente”.

Mas, um ano depois da eleição de Obama, segundo uma sondagem encomendada pela CNN, 54% dos americanos continuavam a aprovar o seu desempenho à frente da Casa Branca, 45% não o aprovavam, e apenas 1% hesitavam na resposta. Pouco antes, fora-lhe atribuído o prémio Nobel da Paz, confirmando como a imagem da Casa Branca no mundo mudara em 2009. A tentativa do novo presidente para discutir com Estados como o Irão ou a Coreia do Norte, ou para manter a pressão a favor da paz no conflito israelo-palestiniano, não produziu neste primeiro ano de mandato efeitos positivos apreciáveis, mas confirmou a mudança de azimute da Casa Branca a favor da diplomacia e de maior multilateralidade – uma atitude corroborada pelo desígnio de reiniciar com a Rússia negociações para desnuclearizar os armamentos herdados da guerra fria.

## Corte com o passado

Mesmo sem ter atingido nenhum dos objectivos da sua campanha eleitoral, o facto é que o novo presidente tinha conseguido, um ano após a sua eleição, ver aprovado um pacote de 787 mil milhões de dólares (cerca de 528 mil milhões de euros) de estímulos anticrise, alegadamente criando, ou salvaguardando, “três ou quatro milhões” de empregos (resultado dificilmente confirmável). E tinha

## BARACK OBAMA



Fonte: [http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/imagecache/gallery\\_img\\_full/image\\_file/pod\\_11-6-09\\_PS-0735.jpg](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/imagecache/gallery_img_full/image_file/pod_11-6-09_PS-0735.jpg)

adoptado uma série de medidas de apoio a bancos em dificuldades, proprietários de habitações e pequenas e médias empresas. Entretanto, Obama propusera um Orçamento para 2010 incluindo opções-chave em matérias como a energia, a educação e a reforma do sistema de saúde. E a Câmara dos Representantes aprovava “por um triz” as linhas gerais desta reforma, por 220 contra 215 votos (eram precisos 218 votos favoráveis) – embora se previsse uma luta renhida no Senado antes de a reforma ser tornada lei. “Durante anos – salientou o presidente a este respeito – disseram-nos que isto nunca seria conseguido. A Câmara dos Representantes acaba de provar que sim, que é possível consegui-lo”. Depois, incitou o Senado a seguir o exemplo da Câmara e a viabilizar a reforma.

Obama tinha, ainda, anulado legislação e práticas da era Bush relativas a normas de detenção e de interrogatórios a detidos, proibindo, entre outras, a prática da tortura (que o ex-vice-presidente Dick Cheney confirmara ter-se tornado corrente nos mandatos Bush). De passagem, revogara o bloqueio de Bush à investigação sobre células estaminais, dera luz verde à nova legislação californiana sobre carros mais “verdes”, também bloqueada por Bush, e voltava a dotar de fundos as organizações a favor da planificação familiar.

Por outro lado, mantinha a decisão de encerrar a prisão de Guantánamo Bay, mesmo se não conseguisse vê-la fechada em Janeiro de 2010 (e apesar de a maioria dos presos ali se manter um ano depois da sua eleição).

Estava a retirar tropas do Iraque (onde se mantinham 50 mil soldados dos EUA), apesar de o seu prazo de campanha de 16 meses para essa retirada ter sido alargado para 19. Enviara mais 20 mil soldados para o Afeganistão, e ponderava continuar a aumentar esse número, para “levar a bom termo a luta contra a Al Qaeda e contra os talibãs no país”. O general McChrystal, comandante das tropas dos EUA e da NATO no Afeganistão (vindo das forças especiais e habituado a obter o que quer), pedia mais 44 mil soldados no terreno, mas numerosos democratas temiam que um tal envolvimento eternizasse o conflito sem conseguir dar-lhe solução. Depois do Iraque, o fantasma do Vietname continuou a assombrar os projectos de escaladas militares.

Decerto, a lista das promessas de campanha por cumprir incluía a reforma das leis da imigração, a nova regulação global dos mercados financeiros e a reorientação da política energética. O *website Politifact.com*, vencedor de um prémio Pulitzer, listou mais de 500 promessas eleitorais de Barack Obama, e na sua maioria classificava-as, um ano depois da eleição, como “não activadas”.

Dado o seu peso, a situação da economia americana, a situação político-militar no Afeganistão e a campanha pelo “*H.R. 3962, Affordable Health Care for America Act*”, ocupavam os lugares cimeiros da agenda presidencial.

## Afeganistão

A situação no Afeganistão (e no Paquistão) era, um ano depois da eleição do novo presidente, particularmente complexa, tardando Obama a decidir sobre o envio de mais militares americanos para a guerra em curso no primeiro dos dois países. Depois da muito problemática reeleição do presidente *pashtun* Hamid Karzai e do persistente progresso das forças talibãs e seus aliados no controlo do território e no “cerco” à capital, a situação parecia marcada por um compasso de espera: Karzai, que antes do 11 de Setembro de 2001 apoiou os talibãs, deseja negociar com eles, embora queira fazê-lo em posição de domínio militar – e

## João Maria Mendes

para isso precisa do reforço, no terreno, das tropas americanas. Washington deu por várias vezes indícios de que veria com bons olhos tal negociação, mas impôs condições a Karzai antes do envio de novas tropas: exigiu-lhe que afaste os corruptos do poder e da sua proximidade pessoal, um governo mais competente e um “refrescamento” dos políticos seus apoiantes. Karzai, que nunca se entendeu a si próprio como o detentor de um forte poder central, antes aceitando a tradição afegã de negociar alianças para manter o país numa situação de equilíbrio, sempre instável, entre etnias, senhores da guerra e, agora, jihadistas e traficantes, passou a condenar publicamente os bombardeamentos americanos e da NATO que fazem demasiadas vítimas civis.

Aparentemente, a estratégia adoptada em Março de 2009 pela Casa Branca para o Afeganistão implica uma forte diminuição dos esforços de “*nation building*”, e o redobrar de esforços na formação de um exército nacional. O objectivo principal é “derrotar e desmantelar a Al Qaeda e seus apoios” (a informação corrente, em Novembro de 2009, era a de que existiam cerca de 25 mil combatentes talibãs, mas apenas uma centena de membros da Al Qaeda nos teatros de operações). Assim, o general McChrystal poderia receber mais soldados, mas não nas quantidades que deseja. Os EUA parecem esperar que o governo afegão aceite ajuda para formar e armar senhores das guerra seus aliados — e não querem envolver-se num cenário como o do Japão pós-2.ª Guerra Mundial. Os EUA também insistem na instalação de um administrador internacional que ligue as questões da segurança à reconstrução e ao desenvolvimento, e recordam que Karzai já recusou, anteriormente, a nomeação de Lorde Ashdown para tal lugar.

Por outro lado, no que toca à eliminação de dirigentes talibãs nos seus abrigos no Paquistão, e de acordo com informações da conservadora *New America Foundation*, as acções americanas consistiram, ao longo de 2009, sobretudo na utilização de mísseis Hellfire, muito falíveis; por exemplo, e de acordo com a mesma fonte, terão sido precisas quinze tentativas para eliminar, em

Agosto de 2009, Baitullah Mehsud, líder talibã sediado no Paquistão — tentativas que terão provocado “centenas” de mortes civis. Tudo parece indicar que foram levadas a cabo por americanos, em 2009, mais operações militares em território paquistanês do que durante os dois mandatos de Bush.

### Virgínia, Nova Jersey e desemprego

Também no final do primeiro ano da presidência Obama, o Partido Republicano (sem liderança nacional afirmada durante todo o período, na sequência da derrota presidencial, na Câmara dos Representantes e no Senado) ganhava as eleições estaduais na Virgínia e em Nova Jersey — resultado apresentado pelos vencedores como um “referendo sobre Obama”, e prenunciando a reversão das posições do eleitorado nas eleições de 2010. Mas a perda desses dois mandatos de governadores pelos democratas parece ter sido mais provocada por problemas locais de corrupção, de desemprego e de impostos sobre propriedades, do que por uma “reviravolta anti-Obama” (56% dos eleitores da Virgínia e 60% dos de Nova Jersey declararam, em sondagem, que o desempenho presidencial não esteve em causa nestas eleições). O problema de 2010 é que, exactamente por ser um ano eleitoral, não será particularmente propício a reformas legislativas demasiado polémicas ou difíceis.

Mais sério desafio, conhecido em Novembro mas relativo ao mês anterior, foi a subida do desemprego na população dos EUA para mais de 10% (10,2), pela primeira vez em 26 anos (desde 1983), em contraste com a tendência europeia para conseguir travar a subida do número de desempregados. Números tanto mais preocupantes quanto o número de desempregados de longa duração (há mais de seis meses) nos EUA subia para 5,6 milhões, sugerindo a perda irreversível de qualificações laborais por grande parte deles, diante da futura retoma de actividade económica (já constatável, embora timidamente, em Novembro de 2009). Barack Obama respondeu alargando a duração e os valores do subsídio de desemprego e aumentando o crédito à

compra de casa própria, mas tais medidas surgiram como paliativos de curto prazo, e tornaram mais claro que nem democratas nem republicanos parecem ter ideias para a criação de emprego sustentável a médio e longo prazo. Segundo estimativas oriundas do campo democrata, cada novo emprego criado pode custar em média 92 mil dólares/ano às finanças públicas, que se encontram sob elevada pressão devido ao crescimento dos défices e à desvalorização do dólar no cenário global.

A subida do desemprego americano para os dois dígitos veio aumentar a pressão política sobre a Casa Branca, que parecia, em Novembro, empurrada para a preparação de novo pacote financeiro de apoio à economia, apesar da persistência e do agravamento das dificuldades estruturais — e da mais que previsível oposição republicana, e mesmo no seio do partido presidencial.

### As portas da Ásia

O presidente americano visitou diversos países asiáticos entre 13 e 18 de Novembro de 2009, com destaque para o Japão — principal aliado dos EUA na região — e a China, na tentativa de estreitar cooperações e parcerias estratégicas com os centros locais do novo poder global. Na sua agenda, temas como a segurança, a economia, o meio ambiente e a energia associavam-se a temas políticos mais clássicos: a exortação, na China, à abertura de diálogo directo com o Dalai Lama, ou a insistência na defesa dos

direitos humanos como direitos não particularmente ocidentais, mas universais. Outros temas, mais urgentes, marcavam igualmente a viagem: a desnuclearização da Coreia do Norte, o crescendo de importância da China como fiadora da dívida pública americana, o redimensionamento das forças de segurança dos EUA no Japão, o relançamento da Asia Pacific Economic Cooperation (APEC) e, naturalmente, novos acordos sobre comércio internacional e sobre as alterações climáticas. A China tem-se mostrado preocupada com a política da Reserva Federal americana, que promove a desvalorização do dólar e mantém as taxas de juro muito baixas — o que diminui significativamente o valor dos 1,6 triliões de dólares em títulos de tesouro americanos e outros instrumentos comprados por Pequim.

Mas, olhando para os próximos anos, Obama não terá deixado de prestar atenção à próxima geração de dirigentes chineses (Li Keqiang, Li Yunchao, Xi Jinping) e ao que eles pensam da significativa transição política em curso no país. Nem terá deixado de tentar marcar a próxima geração de quadros chineses, nos seus encontros com estudantes das universidades de Xangai, Pequim, Fuan ou Qinghua. Para além da agenda “obrigatória” da viagem, uma agenda “prospectiva” terá revelado a importância que Barack Obama atribui à identificação dos seus interlocutores directos ou indirectos na região, num futuro próximo que ainda interessará o seu primeiro mandato, e mais ainda um eventual segundo mandato. ■

### 2010: ECONOMIA, EMPREGO E PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

Em Janeiro de 2010, no seu “State of the Union Address”, Barack Obama aborda a urgência na redução do défice federal ao longo do ano, bem como novas políticas sobre a preservação e criação de empregos nos EUA (está prevista a realização de uma “Cimeira sobre o emprego” promovida pela Casa Branca). O ano doméstico anuncia-se turbulento, por ser ano de eleições intercalares, mas o estado da economia americana continuará, em 2010, a dominar a agenda presidencial.

No plano internacional, o anúncio de que uma segunda central de enriquecimento de urânio está em funcionamento numa base militar iraniana acentua o desejo do presidente americano de pôr a proliferação nuclear e a desnuclearização militar no topo da agenda mundial. Em Setembro de 2009, quer os G-20 reunidos em Pittsburgh, quer numerosos países da ONU concordaram em articular esforços com a Casa Branca sobre estes temas. O acordo Start-I entre EUA e Rússia (que detêm, em conjunto, mais de 90% das armas nucleares hoje existentes) expira em Dezembro de 2009, e os dois países têm estado a trabalhar, em Genebra, num novo acordo, que poderá ser ratificado pelo Congresso de Washington em 2010.